

# I. Os limites e o meio natural

*Um nunca acabar de terra grossa, fragosa,  
bravia, que tanto se levanta a pino num  
ímpeto de subir ao céu, como se afunda  
nuns abismos de angústia, não se sabe  
por que telúrica contradição.*

MIGUEL TORGA (*Portugal, 1950*)

O Interior Norte de Portugal constitui o território que desde a Baixa Idade Média se tem designado por Trás-os-Montes. A sua extensão e variabilidade possibilitam a distinção de diversas unidades geográficas no seu interior, pelo que, desde finais do século XIX, se produziram algumas propostas de divisão regional que, porém, não têm suscitado a unanimidade (cf. Lemos, 1993, Ia, p. 85-87).

Com base na percepção da ocorrência de duas influências climáticas – a atlântica e a mediterrânica – nos ecossistemas naturais, mas também para fins agronómicos, tem-se vulgarmente dividido este vasto território em duas grandes regiões distintas: a *Terra Fria* e a *Terra Quente* (Alves, 1938, p. 643-644; Vasconcelos, 1980<sup>2</sup>, p. 109; Lemos, 1993, Ia, p. 91; Sanches, 1997, p. 25).

A *Terra Fria* ocupa a parte setentrional do território transmontano, da serra do Gerês aos planaltos da Lombada e de Miranda. Leite de Vasconcelos (1980<sup>2</sup>, p. 110-111) precisa, todavia, que a designação *Terra Fria* é mais própria do distrito de Bragança ou, se quisermos, de Trás-os-Montes Oriental, já que na parte ocidental frequentemente se substitui pela de *Montanha*. Engloba o planalto da Mourela, as serras do Larouco, Leiranco e Brunheira, o planalto da Lomba, as serras da Coroa e Montesinho e a Baixa Lombada, prolongando-se meridionalmente pelas serras do Barroso, Alvão, Marão e Padrela, pelo planalto de Carrazeda e pelas serras da Nogueira e Bornes (Lemos, 1993, Ia, p. 99-101; Sanches, 1997, p. 21); mais a oriente, entre o rio Sabor e o Douro internacional, o território designado, numa acepção de base histórica, como *Terra de Miranda* (Lemos, 1993, Ia, p. 129) ou, de forma menos abrangente, como *Planalto Mirandês*, (Sanches, 1992, p. 27-28) está, como dissemos, também integrado na *Terra Fria* (Alves, 1938, p. 643-644; Vasconcelos, 1980<sup>2</sup>, p. 111-112, Sanches, 1997, p. 21), embora alguns autores lhe concedam uma individualidade própria (Lemos, 1993, Ia, p. 129-130).

De uma forma, quiçá, demasiado simplista e grosseira, anulando alguns enclaves de *Terra Fria* na *Terra Quente*, e vice-versa, poderemos incluir na *Terra Quente* a restante parte do território transmontano (Vasconcelos, 1980<sup>2</sup>, p. 112-115; Lemos, 1993, Ia, p. 116-117; Sanches, 1997, p. 21).

O espaço que é objecto deste estudo corresponde exactamente à parte da *Terra Fria* integrada no distrito de Bragança, excluídas as zonas planálticas da *Terra de Miranda* ou *Planalto Mirandês*. Por comodidade de expressão, designamo-la de **região de Bragança**. Todavia, este território aparece individualizado no falar das gentes da *Terra Quente* com a designa-

ção de *Terras de Bragança*, numa distinção clara relativamente ao território mais oriental, que é apelidado de *Terras de Miranda* (Vasconcelos, 1980<sup>2</sup>, p. 112).

Administrativamente, tem correspondência com os actuais concelhos de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Vinhais (negligenciando-se a presença de algumas franjas de território com características intermédias ou de transição entre a *Terra Fria* e a *Terra Quente* nos dois últimos concelhos). Os seus limites podem estabelecer-se da seguinte forma: a nascente, o curso superior do rio Maçais e parte do curso médio do rio Sabor; a sul, a serra de Bornes; a poente, os contrafortes da serra da Nogueira e o curso dos rios Mente e Rabaçal; a norte, a fronteira político-administrativa com Espanha.

Do ponto de vista geológico (Ribeiro, 1974, p. 14-15), este território (a região de Bragança) encontra-se posicionado na extremidade sudoeste da Zona da Galiza Média/Trás-os-Montes e em parte da Zona Centro-Ibérica, que surge a envolver a primeira. A sua principal particularidade reside na existência de um cavalgamento, designado de transmoutano, que ocasiona a sobreposição de terrenos da Zona da Galiza Média/Trás-os-Montes sobre a Zona Centro-Ibérica e a Zona da Galiza Oriental. Os terrenos cavalgantes constituem o Domínio transmoutano; no seu exterior, posiciona-se o Domínio do Douro Inferior que detém as características próprias da Zona Centro-Ibérica.

Os maciços de Bragança e Morais, verdadeiros pontos nucleares da geologia transmoutana, caracterizados pela sua composição polimetamórfica, que no caso específico do maciço de Morais é recoberta por uma sequência monometamórfica, cavalgam sobre os terrenos envolventes, divididos em duas unidades distintas: a Centro-Transmoutana, na periferia imediata dos maciços, e a Peri-Transmoutana, que, em parte, envolve a anterior.

Nos maciços de Bragança e Morais dominam as rochas metabásicas (xistos verdes, xistos anfibólicos, anfibolitos e blastomilonitos), os metaperidotitos e os paragneisses, havendo também a registar a presença de gnaisses e micaxistos no maciço de Morais. Na envolvente destes maciços surgem, sobretudo, formações de xistos e grauvaques, de rochas quartzíticas, mas também de xistos verdes. No Domínio do Douro inferior, a que corresponde a parte setentrional do território em estudo, dominam as formações xistosas e quartzíticas (Ribeiro, 1974, p. 22-51).

As manchas granitóides, relacionadas com os movimentos hercínicos, e com idades diferenciadas (Ribeiro, 1974, p. 123-126), não são muito extensas: ocorrem na serra da Nogueira e, junto à fronteira com Espanha, na serra de Montesinho; a norte da serra da Coroa, na superfície planáltica da Moimenta, e, a nascente do extremo setentrional do planalto da Lomba, nos Pinheiros. Foram estas, com toda a certeza, as fontes de abastecimento de granito na época romana, quer para a construção, quer para produção de elementos arquitectónicos e de monumentos epigráficos<sup>1</sup>. O xisto raramente foi utilizado na produção epigráfica, a qual, porém, também utilizou o calcário, o mármore<sup>2</sup> e o talco<sup>3</sup> que surgem em diminutos afloramentos disseminados pela *Terra Fria*.

Como acabámos de ver, a estrutura geológica deste território, tal como da totalidade de Trás-os-Montes Oriental, reflecte-se na sua complexa litologia, mas também tem influência na sua orografia. Esta, em resultado de movimentos orogénicos hercínicos, post-hercínicos e recentes, caracteriza-se pela alternância entre relevos montanhosos e planaltos, que surgem a delimitar depressões e vales profundos, frequentemente encaixados.

As serras de Montesinho (1474 m) e da Coroa (1272 m) constituem os relevos montanhosos mais setentrionais: a primeira, assumindo-se como o prolongamento meridional dos relevos da serra da Gamoneda, continua, desta forma, o altiplano da Segundera; a segunda, de cumes aplanados e encostas em arco, localiza-se mais a ocidente, entre os cursos do Tuela e do Rabaçal. Mais a sul, dispendo de um posicionamento mais ou menos central no terri-

tório que estudamos, localiza-se a serra da Nogueira (1318 m), também de cumes aplanados e com uma orientação nordeste-sudoeste. No limite meridional deste território, e com a mesma orientação da anterior, ergue-se a serra de Bornes (1200 m).

As superfícies planálticas recortam-se um pouco por todo o território: do lado oriental, a Lombada – que Lemos (1993, Ia, p. 114) designa de planalto de Deilão –, o planalto de Parada-Izeda e o Monte Morais; a ocidente, o planalto da Lomba; e na parte central, a norte da Nogueira, duas superfícies aplanadas separadas pelo rio Baceiro.

A Lombada (Vasconcelos, 1980<sup>2</sup>, p. 161-163; Taborda, 1932, p. 39) é delimitada, a leste, pelo rio Maçais – que estabelece simultaneamente a linha fronteira com o território espanhol – e, a poente, pela superfície deprimida da Baixa Lombada (Vasconcelos, 1980<sup>2</sup>, p. 160-161). Entre o curso do rio Sabor e os contrafortes nordeste da serra da Nogueira, e a sul do vale do Fervença, individualiza-se o planalto de Parada-Izeda (Taborda, 1932, p. 39; Lemos, 1993, Ia, p. 115), que tem por limite meridional a superfície planáltica do Monte Morais (Lemos, 1993, Ia, p. 115). O planalto da Lomba está perfeitamente delimitado pelos cursos dos rios Mente – que também estabelece a fronteira com Espanha – e Rabaçal (Vasconcelos, 1980<sup>2</sup>, p. 153-158; Lemos, 1993, Ia, p. 112-113). Entre as serras da Coroa e de Monteseinho, o rio Baceiro divide duas superfícies pequenas, também planálticas, que se podem apelidar de Transbaceiro, a ocidente do rio, e de planalto de Espinhosela (Lemos, 1993, Ia, p. 113), no lado oposto.

Por entre estes relevos inscrevem-se os vales dos principais rios e seus afluentes e a depressão tectónica de Bragança, prolongada para norte pela superfície de feição aplanada designada de Baixa Lombada. Esta depressão, delimitada pela serra da Nogueira, a ocidente e sul, pela serra de Monteseinho, a nordeste, e pelo planalto de Parada-Izeda, a sul, relaciona-se com a fractura Manteigas-Vilariça-Bragança e destaca-se pela fertilidade dos seus solos e pelo clima menos duro.

O Rabaçal, o Tuela e o Sabor são os três principais rios que sulcam o território da *Terra Fria* bragançana. Têm origem em relevos montanhosos espanhóis, próximos da fronteira, e integram a bacia hidrográfica do Douro, pelo que seguem uma orientação predominante norte-sul. Recebem o tributo de afluentes com alguma relevância regional. Falamos, concretamente, dos rios Mente e Baceiro que, respectivamente, afluem ao Rabaçal e ao Tuela, e dos rios Fervença, Onor, Maçais e Azibo que engrossam, em diferentes pontos do seu curso, o Sabor.

O estudo das matrizes de povoamento da época romana em Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993, Ib, p. 431-434) revelou a preferência pela ocupação dos planaltos e do fundo das depressões, bem como das manchas com potencialidade agrícola (solos de classe A e C e complexos A+C, A+F e C+F). No contexto da *Terra Fria*, é precisamente a depressão de Bragança, incluindo zonas circundantes, que, pelas suas características morfológicas e de aptidão agrícola, acolhe a maior densidade de povoados. A ela surgem associadas manchas de cambissolos, fluvisolos e de alissolos, também com representação assinalável na área de Macedo de Cavaleiros, que podem explicar a sua potencialidade em termos de uso agrícola do solo. Na maior parte do território dominam os leptossolos (Agroconsultores e Coba, 1991).

O clima, marcado pela continentalidade, é, genericamente, caracterizado por invernos frios e prolongados e por verões curtos e secos, bem como pela formação de geadas durante grande parte do ano. Sobretudo nos relevos montanhosos, é regular a precipitação em forma de neve no período invernal, embora só durante algumas semanas o solo fique coberto. Considerando que o período subatlântico, que ainda hoje vivemos, se iniciou na primeira metade do I milénio a.C., talvez não deva diferir muito o clima que sentiram os habitantes da região na época romana (cf. Esparza, 1986, p. 22-23).

O solo, o clima e a acção antrópica são os principais factores que condicionam a paisagem vegetal de uma região. A cobertura vegetal hodierna (Agroconsultores e Coba, 1991, p. 30-31, 33-34) é dominada por carvalhais de *Quercus pyrenaica*, que revestem, sobretudo, as faldas da serra da Nogueira e de outras serranias, bem como as encostas íngremes de alguns vales, por castiçais e soutos de castanheiros (*Castanea sativa*), por azinhais (*Quercus rotundifolia*), por vidoeiros (*Betula celtiberica*), por algumas manchas de sobreiro (*Quercus suber*), sobretudo em situações climáticas favoráveis, e por alguns povoamentos de pinheiro (*Pinus sylvestris* e *Pinus nigra*); mas também por matos, onde se destacam a urze (*Erica australis*, *Erica umbellata*), a esteva (*Cistus ladanifer*), a carqueja (*Chamaespartium tridentatum*), o sargaço (*Halimium allissoydes*), a torga (*Calluna vulgaris*) e as giestas (*Cytisus* spp. e *Genista* spp.). Para a caracterização do coberto vegetal da época romana faltam-nos os indicadores paleo-ecológicos, mas é seguro que o cenário que hoje se nos depara tem fortíssima intervenção humana, que se terá feito sentir logo nesse período – depois continuada nas épocas medieval e moderna, e, inclusivamente, na actualidade.

## NOTAS

---

- <sup>1</sup> F. Sande Lemos pressupõe o funcionamento de uma rede de pedreiras de exploração de granitos que abasteciam determinadas zonas (Lemos, 1993, Ib, p. 360). Ressalta, contudo, a inexistência de estudos de caracterização dos granitos, e dos próprios suportes epigráficos ou dos elementos arquitectónicos conhecidos, que permitam fundamentar de forma mais detalhada esta ideia.
- <sup>2</sup> Quanto ao aproveitamento dos mármore e calcários, destaca-se a exploração que terá sido efectuada dos mármore e alabastros de Santo Adrião (S. Pedro da Silva, Vimioso), onde terá sido reconhecida a actividade extractiva romana (Lemos, 1993, Ib, p. 361); a constatação da importância do aproveitamento destes afloramentos levou a que, recentemente, se tivesse proposto para um conjunto de estelas que têm em comum a mesma natureza do suporte, mas também características técnicas e iconográficas semelhantes que as unificam estilisticamente, a designação de *estelas da roda sobre peanha em brecha de Santo Adrião* (Navarro, 1998, p. 179).
- <sup>3</sup> O talco surge associado aos afloramentos de serpentinitos, havendo a registar a sua presença, por exemplo, em Castrelos (Monte Ladeiro), em Samil e na área do Monte Morais. É, contudo, possível o aparecimento de pequeníssimas bolsas de talco noutras locais em associação a serpentinitos.

## 2. O quadro histórico

*O tempo mudou os símbolos da fé, deliu as inscrições sagradas, e relegou para a penumbra da arqueologia o que foi vivo e útil.*

MIGUEL TORGA (*Portugal*, 1950)

Antes de entrarmos na apresentação das fontes epigráficas da região de Bragança, e na sua análise, é imprescindível que se gize, em traços necessariamente largos, a moldura histórica que enquadra aquela documentação para que, de forma mais correcta, possa ser entendida e interpretada.

A caracterização da história pré-romana e romana do Nordeste de Portugal não conta com avultados contributos. Para além de pequenas reflexões materializadas em alguns (poucos) artigos, saídos muitas vezes da pena de estudiosos locais, e de referências ou propostas mais ou menos genéricas integradas em obras mais abrangentes que visam a abordagem de espaços mais vastos, o Noroeste peninsular, o Norte de Portugal ou o actual território nacional, apenas se produziu um único trabalho de síntese sobre o povoamento proto-histórico e romano regional. Esta síntese, concluída já no início da década de 90, deve-se ao labor de F. Sande Lemos que, no âmbito da sua dissertação de doutoramento, cartografa e analisa as numerosas referências a sítios arqueológicos que, sobretudo a partir dos finais do século XIX, se tinham vindo a acumular pelo afã entusiástico de notáveis locais, dos quais podemos destacar J. Henriques Pinheiro, Celestino Beça, Albino Lopo e F. M. Alves, Abade de Baçal. Desta forma, as grandes linhas sobre o povoamento proto-histórico e romano do território transmontano oriental decorrem do trabalho fundamental daquele autor, *O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental* (1993), que serviu de base a outros títulos já publicados (1995, 1996).

### 2.1. A fase pré-romana

---

Durante a fase pré-romana, o povoamento do território de Trás-os-Montes Oriental teve por base os povoados fortificados. A análise da sua distribuição demonstra uma repartição por contextos geomorfológicos diferenciados que, para além de motivações estratégico-defensivas, parece significar um bom conhecimento territorial e dos recursos naturais disponíveis.

Em termos muito simples, poderemos dizer que a economia destas comunidades era de base agro-silvo-pastoril, verificando-se que os territórios de cada povoado tinham tendência a abranger um conjunto de recursos diferenciados que lhes permitissem a sobrevivência baseada num quadro de autarcia económica (Lemos, 1993, Ia, p. 226-249).

Em termos de implantação, verifica-se que são preferencialmente ocupados relevos em esporão ao longo da rede hidrográfica, mas também as orlas dos planaltos, ou alguns dos

seus relevos interiores, e os cumes destacados dos contrafortes montanhosos (Lemos, 1993, Ia, p. 192-224).

A análise da sua distribuição parece, ainda, revelar que as densidades mais elevadas de povoados estão em relação com os índices de pluviosidade e de escoamento no solo, tal como com as características dos próprios solos. A parte setentrional de Trás-os-Montes Oriental, em termos administrativos os concelhos de Vinhais e Bragança, corresponde precisamente ao sector onde se encontra a maior densidade de povoados fortificados proto-históricos, pois aí se conjugam valores elevados de pluviosidade, com bons índices de escoamento e com solos pouco ácidos (Lemos, 1993, Ia, p. 166-170).

Os povoados fortificados da Terra Fria bragançana têm, no geral, dimensões reduzidas, sobretudo se comparadas com as dos povoados da Terra Quente, e estruturas defensivas diversificadas. Muitos dos povoados dispõem de uma única linha de muralha, mas também os há com mais, podendo o circuito amuralhado integrar um torreão; pelo exterior das muralhas é frequente a abertura de fossos que podem associar-se à construção de parapeitos e de barreiras de pedras fincadas, embora estas também possam ter existência desvinculada dos fossos. De qualquer forma, a presença ou ausência de alguns destes elementos defensivos, ou a sua ordem no conjunto da estrutura defensiva dos povoados, parece obedecer a critérios puramente defensivos, sem que nisso se possa vislumbrar qualquer significado mais profundo (Redentor, 2000).

As muralhas são, geralmente, construídas com pedra xistosa ou quartzítica, ou com blocos graníticos irregulares, de acordo com a litologia local, assentes a seco ou com areia e argila. Esta pedra provém de afloramentos próximos ou existentes no próprio local em que se implanta o povoado, mas não raramente a abertura dos fossos defensivos proporciona também matéria-prima para a construção de muralhas, parapeitos, barreiras de pedras fincadas e, supostamente, para a própria arquitectura doméstica.

Dizemos *supostamente* porque a arquitectura doméstica e a organização interna dos povoados da região é praticamente desconhecida, sobretudo pela falta de escavações arqueológicas. Trabalhos realizados, na década de 80, no povoado da Cigadonha (Moimenta, Vinhais) (Martins, 1995, p. 79) e uma outra intervenção pontual no mesmo povoado, concretizada por uma equipa da Universidade de Sydney, na década seguinte, mas ainda inédita, constituem, talvez, as únicas investigações que puderam oferecer uma visão, por mais parcelar que seja, dessa arquitectura: em ambas as ocasiões identificaram-se, parcialmente, construções de planta rectangular, que teremos de considerar proto-históricas (Johnson, 1994)<sup>1</sup>.

A escavação efectuada por A. Esparza Arroyo (1986, p. 210-222) no povoado de As Muradellas (Lubián, Zamora), situado poucos quilómetros mais a norte e também integrado na bacia do rio Tuela, ao qual se associa uma ocupação única datável do século III a.C., pode servir de paralelo, já que aí foram identificadas duas construções de planta rectangular com esquinas arredondadas.

A cronologia dos povoados, bem como a sua origem, são aspectos que não estão suficientemente esclarecidos pela falta de bons indicadores cronológicos; mais uma vez faltam as escavações – exceptuam-se, para a Terra Quente, as sondagens realizadas por M. Höck (1979, 1980) em S. Juzenda e o salvamento efectuada por Sande Lemos (1993, Ia, p. 184-188) no Castelo Velho de Mirandela – e, conseqüentemente, os dados estratigráficos, pelo que as propostas cronológicas de Sande Lemos repousam, sobretudo, nos dados provenientes de prospecção.

Sande Lemos (1993, Ia, p. 176), analisando os achados de materiais metálicos e cerâmicos datáveis do Bronze Final conhecidos no conjunto de Trás-os-Montes Oriental<sup>2</sup>,

admite que a fortificação de alguns povoados possa ter acontecido nesse período, mas, com muita precaução, não correlaciona esta emergência de povoados fortificados com a generalização deste tipo de *habitat* que virá a caracterizar a Idade do Ferro. Tão-pouco considera poder deduzir-se da presença de materiais calcólíticos em alguns dos povoados com ocupação proto-histórica qualquer continuidade de ocupação, admitindo, como mais provável, ficar tal facto a dever-se a ocupações coincidentes de um mesmo lugar (Lemos, 1993, Ia, p. 163). Quanto à cronologia da generalização dos povoados fortificados proto-históricos, indica (Lemos, 1993, Ia, p. 188-192, 1996, p. 148) que poderá centrar-se por volta dos séculos VI-V a.C., de acordo com datações de <sup>14</sup>C obtidas em povoados de Zamora Ocidental<sup>3</sup>.

Esta possibilidade de aproximação aos conhecimentos já acumulados para o Ocidente da província de Zamora surge pelos paralelismos identificados, sobretudo, no que respeita à arquitectura defensiva de alguns povoados e aos espólios cerâmicos.

As séries cerâmicas conhecidas em Trás-os-Montes são, sem dúvida, mais limitadas que as de Zamora, onde, para além dos materiais de prospecção, se conta com espólios mais latos provenientes de trabalhos de escavação (Esparza, 1995). De qualquer forma, as cerâmicas dos povoados fortificados nordestinos parecem filiar-se no mesmo horizonte cultural que as do outro lado da fronteira, o de Soto de Medinilla. Como elementos mais marcantes destacam-se a tipologia dos bordos e os acabamentos com superfícies externas grosseiras e internas polidas (Lemos, 1996, p. 150).

Os materiais cerâmicos parecem também revelar um certo imobilismo, com a perduração do mesmo tipo de cerâmicas ao longo do milénio, sem que se notem, por exemplo, influências do mundo de Cogotas II ou celtibéricas, que poderiam chegar da Meseta na sua segunda metade.

Não existem, assim, por enquanto, indicadores que permitam estabelecer uma periodização da Idade do Ferro do Nordeste de Portugal; neste aspecto, também a tipologia dos povoados fortificados, já ensaiada por F. Sande Lemos (1993, Ia, p. 192-224), não é de grande auxílio porque enferma dos mesmos problemas de cronologia.

O reconhecimento de que na distribuição destes povoados fortificados existem áreas de maior densidade de povoamento a par de áreas vazias levou F. Sande Lemos (1993, Ia, p. 241, 1996, p. 151-152) a sugerir que cada pequeno povoado albergaria uma família extensa e que essas aglomerações de povoados estariam unidas por laços linhagísticos<sup>4</sup>, funcionando as áreas desocupadas como espaços de exploração dos vários povoados pertencentes à mesma linhagem; além disso, esses mesmos espaços poderiam ser o móbil de conflitos entre os vários grupos de povoados que os disputariam para exploração económica, justificando-se, desta forma, o recurso à fortificação e os mecanismos de aliança de que temos eco no célebre Pacto de Astorga, já de cronologia romana (CIL II 2633).

Esta ideia remete-nos directamente para a esfera social, isto é, para a questão de saber qual o substrato étnico que ocuparia a região no I milénio a.C. As fontes clássicas e epigráficas podem permitir-nos associar à Terra Fria o povo Zela, embora a definição dos limites territoriais que ocupava seja um problema mais intrincado. Logo à partida, levanta-se nos a questão de saber se os traçados das circunscrições administrativas romanas de base, as *ciuitates*, respeitam escrupulosamente os limites territoriais das etnias que lhes parecem subjazer e, além disso, a própria definição de fronteiras entre *ciuitates* é, obviamente, uma tarefa espinhosa, como veremos.

É Plínio (Plin., *N. H.*, 19, 10) que refere que o linho dos Zelas – que, não havia muito tempo, se tinha levado para Itália – era de grande qualidade para a confecção de redes de caça e que, simultaneamente, precisa a localização deste povo: *ciuitas ea Gallaeciae et oceano propinqua*. Numa passagem anterior da sua *Naturalis Historia* (Plin., *N. H.*, 3, 28), inclui os

Zelas entre os 22 povos ástures divididos em augustanos e transmontanos, citando-os conjuntamente com Gigurros, Pésicos e Lancienses.

Apesar de as informações plinianas poderem deixar alguma ambiguidade quanto ao posicionamento geográfico dos Zelas, sobretudo ao referirem a sua proximidade do oceano, é hoje pacífica a sua localização em terras mais interiores, do Nordeste transmontano e Ocidente da província de Zamora (Tranoy, 1981, p. 52; Guerra, 1995, p. 127-128).

A essa localização aconselham as fontes epigráficas. Por um lado, o célebre pacto de hospitalidade de Astorga (*CIL* II 2633), comentadíssimo por questões que se prendem com a organização social indígena, e três outras inscrições que também referem os Zelas, encontradas em Astorga (*CIL* II 2651), León (*CIL* II 5684) e El Cueto (*AE*, 1988, 759), comprovam a sua integração entre os Ástures; por outro, a ara dedicada pelo *Ordo Zoelarum* ao *Deus Aernus*, encontrada em Castro de Avelãs (Bragança), é o argumento mais importante para a localização deste povo. Com base neste documento tem-se, mesmo, sugerido que a depressão de Bragança possa ter sido a área nuclear dos Zelas (Lemos, 1995, p. 295).

As inscrições de Astorga, León e El Cueto referem-se, obviamente, a indivíduos deslocados no contexto interno do *conuentus Asturum* (cf. Tranoy, 1986; García, 1996a, p. 177-179). Se *T. Montanius Fronto*<sup>5</sup>, *civis Z(o)elae* e *armorum custos* estaria em León por força da sua integração nas forças militares, já a presença de *Claudia Accula*<sup>6</sup> na região do Bierzo leonês pode, eventualmente, relacionar-se com o vínculo matrimonial; porém, a razão da presença em Astorga de *T. Iulius Valens*<sup>7</sup> não está esclarecida.

## 2.2. A conquista do território e a integração administrativa

---

A conquista do território que nos ocupa integra-se no contexto das guerras cântabro-ástures – que, obviamente, se enquadram no quadro mais vasto da submissão do Noroeste –, mas, na verdade, não é nosso intuito apresentar em pormenor essas movimentações bélicas, uma vez que se encontram já tratadas com alguma profundidade (Schulten, 1943; Syme, 1970; Tranoy, 1981; Roldán, 1983)<sup>8</sup>. Não podemos, contudo, deixar de relevar alguns aspectos, nomeadamente de índole cronológica, para que melhor se possa balizar a posterior emergência da cultura epigráfica local.

É pela pena de Floro, Orósio e Díon Cássio que nos chegam os ecos das guerras dirigidas por Roma contra Cântabros e Ástures, o último foco de resistência indígena na Península. Esta situação de insubmissão revelava-se problemática para a manutenção da estabilidade dos territórios já dominados, pelo que Augusto entende que a conquista deste foco indígena era essencial. Nela se empenha pessoalmente, a partir de 27 a.C., já que, sem dúvida, este empreendimento, se cumulado de sucesso, seria pessoalmente prestigiante e politicamente fortalecedor; claro que o controlo das riquezas, nomeadamente auríferas, destas terras terá também tido um peso importante na motivação destas guerras (Tranoy, 1981, p. 134; Roldán, 1995, p. 225-227).

A primeira referência declarada aos Ástures<sup>9</sup> no contexto das guerras do Noroeste surge apenas em 29 a.C. É neste ano que C. Estatílio Tauro empreende a guerra contra *Vaccei*, Cântabros e Ástures (Díon Cássio, 51, 20, 5), mas é provável que um conjunto de sucessos bélicos romanos obtidos entre 36 a.C. e 26 a.C. também tivessem relação com a guerra movida na área ásture-cantábrica (Tranoy, 1981, p. 133-134).

Augusto chega à Hispânia no final do ano 27 a.C. e no início do ano seguinte começa a ofensiva militar contra os Cântabros. As forças militares romanas presentes na Península – as legiões *I Augusta*, *II Augusta*, *III Macedonica*, *V Alaudae*, *VI Victrix*, *VIII Hispana* e

*X Gemina* – foram divididas em dois exércitos: um por ele comandado pessoalmente, pelo menos até ao início do Inverno de 26 a.C., altura em que adoece e passa o comando a C. Antístio Veto, e outro dirigido pelo governador da Ulterior, Públio Carísio. A base de operações da campanha de 26 a.C. situava-se em *Segisama*; daí partiu o exército sob comando de Augusto, dividido em três colunas, tendo conseguido o domínio de *Bergida*, do *Mons Vindius* e de *Aracilum*<sup>10</sup> (Tranoy, 1981, p. 138).

Os acontecimentos da conquista das terras ástures desenrolaram-se ainda a partir de 26 a.C., ou já em 25 a.C., sendo a queda do simbólico *Mons Medullius*, a traição dos *Brigaecini* e a conquista de *Lancia* os factos destacados pelas fontes antigas (Floro, 2, 33, 50-58; Orósio, *Adv. pag.*, 6, 21, 6-10; Dión Cássio, 53, 25, 8).

A localização exacta do *Mons Medullius* continua incógnita, mas parece certo que terá de ser procurada na região montanhosa do Bierzo (Syme, 1970, p. 102; Tranoy, 1981, p. 139). Mediante esta atribuição geográfica, os diversos autores que se debruçaram sobre o tema da conquista ensaiaram mais de um cenário quanto à ordem e cronologia dos factos (Tranoy, 1981, p. 139-142; Roldán, 1995, p. 228), em função da razoabilidade da estratégia militar.

A imprecisão dos textos antigos não permite decidir com segurança qual a estratégia seguida. Um dos cenários apresentado, seguindo Roldán (1995), pressupõe uma acção bélica romana iniciada pelas planícies do território ásture. Talvez em 25 a.C. as armas romanas tivessem chegado ao território ásture e submetido as planícies do triângulo Astorga-León-Benavente: associar-se-ia a esta fase da campanha de Carísio o domínio das terras zamoranas a ocidente do Esla. A cruzada de P. Carísio teria seguido para o Norte. Com o colaboracionismo dos *Brigaecini*, o governador da Ulterior teria tomado conhecimento da preparação de um ataque ásture a três acampamentos romanos localizados junto ao rio *Astura* (Esla) e obtido o triunfo sobre essa coligação de povos. Continuará depois ao longo deste rio até sitiar e conquistar *Lancia*. Em seguida, o destino seria o Bierzo, onde se deu o célebre cerco e a tomada do *Mons Medullius*.

É possível admitir um outro cenário de estratégia e apresentá-lo em pé de igualdade com o anterior, como fez A. Tranoy (1981, p. 139-142). Nesta versão, a ordem dos acontecimentos altera-se. A ofensiva de P. Carísio ter-se-ia iniciado a partir do Minho, em 26 a.C., e o cerco do *Mons Medullius* teria sido o primeiro importante acontecimento de guerra; só no ano seguinte se teria dado a vitória sobre a cidade de *Lancia*, facilitada pela traição dos *Brigaecini* relativamente aos povos ástures que se empenhavam em lutar com afinco contra as forças romanas. A intervenção pronta de P. Carísio neste contexto teria ditado a derrota dos ástures coligados, impedindo-os de seguir o caminho das montanhas do Norte, pelo que terão sido obrigados a concentrar-se em *Lancia*, a cidade que também acabaria por sucumbir às suas mãos.

Admitindo-se qualquer um dos dois cenários, o certo é que a região estaria relativamente sob controlo no final de 25 a.C., mas não completamente submetida, como provam as rebeliões que se noticiam para os anos 24, 22 e 19 a.C. Em 24 a.C., há notícia (Dión Cássio, 53, 29, 1) de um levantamento de cântabros com repercussão no território ásture; em 22 a.C., novos levantamentos são referenciados (Dión Cássio, 54, 5, 1-4), mas, desta vez, o sentido da revolta é inverso e, como resultado, uma parte dos Ástures e outra dos Cântabros foi reduzida à escravidão (Tranoy, 1981, p. 143); finalmente, em 19 a.C., surge outra manifestação de rebeldia (Dión Cássio, 54, 11, 2-5), que parece ter ficado circunscrita à Cantábria. Uma derradeira e tardia revolta terá acontecido já por volta dos anos 50 ou 60 d.C. (*CIL XI* 395; Tranoy, 1981, p. 143).

Por entre a escassez de dados sobre estes episódios de guerra, naturalmente não se vislumbra qualquer referência concreta ao domínio dos Zelas ou ao seu comportamento

durante os afrontamentos com Roma. A Arqueologia também nada revela. Os acontecimentos bélicos com maior proximidade ao seu território parecem situar-se no ano 25 a.C., pelo que não será despidendo pensar que tenha sido por volta desta data que ocorreu a sua entrada na ordem romana.

Após 19 a.C., conseguido o domínio da totalidade do espaço peninsular, Roma terá de voltar as suas atenções para a integração político-administrativa dos povos submetidos, readaptando o quadro administrativo já reformulado por Augusto em 27 a.C. (Tranoy, 1981, p. 137). Desta forma, todo o Noroeste foi integrado na província da Lusitânia como consequência lógica do avanço para a Calécia e a Astúria a partir de duas rotas distintas: a atlântica, por onde progrediu D. Júnio Bruto na sua incursão até ao *Lethes*, e a interior, aberta por Metelo no contexto da guerra sertoriana e que se tornará na posterior *Rota da Prata*. A Cantábria, por seu lado, ficou, desde logo, integrada na Citerior (Roldán, 1995, p. 238).

Esta organização não era, porém, a mais interessante do ponto de vista da necessidade de manutenção de um controlo militar apertado sobre as regiões recentemente conquistadas porque dissociava as forças militares de ocupação. Por isso, a Calécia e a Astúria acabaram, poucos anos depois, supostamente entre 16 e 13 a.C. (Tranoy, 1981, p. 146; Roldán, 1995, p. 238), por integrar a Província Citerior, ao mesmo tempo que se reduziam os efectivos militares estacionados, ficando sob o comando militar do governo de *Tarraco*.

Mais tarde, os territórios peninsulares virão a ser reorganizados no seio do quadro provincial através da sua repartição por *conuentus*. A data da criação destas circunscrições não é consensual. No trabalho clássico de E. Albertini (1923, p. 54) sobre a divisão administrativa romana peninsular foi atribuída a Cláudio a criação dos *conuentus*, embora haja hoje propostas que a consideram mais recente, atribuível a Vespasiano (Étienne, 1958, p. 185-189; Tranoy, 1981, p. 153), e outras que a consideram anterior, da época augustana (Sancho, 1981, p. 16; Dopico, 1986). Movendo-se entre estas duas últimas posições mais extremas, há quem adopte uma posição mais apaziguadora (Lomas, 1989, p. 212; Roldán, 1995, p. 241), admitindo que a criação conventual terá ocorrido no tempo de Augusto, mas considerando que esta medida apenas estaria *crystalizada* passadas algumas décadas, na época flávia.

O território dos Zelas, mais tarde constituído em *ciuitas*, viria a ficar, naturalmente, integrado no *conuentus Asturum*. Não vamos entrar na discussão dos limites gerais do *conuentus*<sup>11</sup>, mas a sua delimitação meridional será referida por ser coincidente com os limites da *ciuitas Zoelarum*, na qual, pelo menos parcialmente, se inscreve a nossa área de trabalho.

Residem nas fontes clássicas e nos textos epigráficos os principais argumentos para que se possam desenhar os mapas paleo-etnológicos e político-administrativos, os quais terão de, obrigatoriamente, ser equacionados à luz de outros elementos de análise, nomeadamente arqueológicos, ecológicos e geográficos.

Como já tivemos oportunidade de referir, alguns achados epigráficos, mormente o da ara dedicada ao *Deus Aernus* pelo *Ordo Zoelarum*, têm contribuído para considerar a depressão de Bragança o âmago do território zela; neste contexto, a Torre Velha de Castro de Avelãs seria o seu centro religioso (Tranoy, 1981, p. 52) ou político-administrativo (Alarcão, 1988b, p. 57). Os trabalhos arqueológicos levados a cabo, em finais do século passado, na Torre Velha não são, porém, muito esclarecedores do papel desempenhado por este sítio durante a época romana (Pinheiro, 1895), mas tudo leva a crer que se situaria aí a sede da *ciuitas* dos *Zoelae* (Alarcão, 1988b, p. 57; Le Roux, 1992, p. 180; Lemos, 1993, Ia, p. 386-389). Considerando a depressão de Bragança território zela, o limite do *conuentus Asturum* terá de passar necessariamente mais a Ocidente.

Tranoy (1981, p. 159-160) propõe o traçado desse limite, entre a serra da Segundera, a norte, e o rio Douro, a sul, pelas serras da Coroa, da Nogueira e de Bornes até à confluên-

cia do Sabor com aquele rio; o limite oriental, em território zamorano e transmuntano, correria pelo curso do Esla<sup>12</sup> (Tranoy, 1981, p. 156-157) e, a partir da sua confluência com o Douro, pelo curso deste até à foz do Sabor.

Jorge de Alarcão (1988b, p. 57) viria a contestar o limite meridional proposto, ao considerar que o território da *ciuitas* dos Zelas não chegaria ao Douro. Propôs que fosse limitado pelos contrafortes setentrionais das serras de Bornes e de Mogadouro até ao Douro internacional, sendo este rio o seu limite oriental e o Tuela o ocidental; a serra de Monteseinho constituiria a fronteira setentrional da *ciuitas*. Nesta linha, a depressão da Vilariça seria já território dos *Banienses*, integrado na província da Lusitânia (Alarcão, 1988b, p. 34-35).

Recentemente, F. S. Lemos (1993, Ib, p. 482-485) revê as propostas anteriores, entrando em linha de conta com as matrizes do povoamento romano e com os dados ecológicos, e propõe limites ligeiramente mais dilatados para a *ciuitas Zoelarum*. Considera recortar-se, a norte, pelas serras da Segundera e da Culebra; a oriente, pelo trecho final do rio Esla e rio Douro, a jusante da foz do primeiro e até cerca de Mazouco; a sul, pela serra de Bornes e da Navalheira; e, a ocidente, pelos contrafortes ocidentais da serra da Nogueira, por um troço do rio Rabaçal e pelo planalto da Lomba, encaixado entre os rios Mente e Rabaçal.

De acordo com estas propostas, e admitindo que a serra de Bornes e da Navalheira constituem o limite meridional da *ciuitas Zoelarum*, fica claro que a nossa área de trabalho tem, na sua quase totalidade, correspondência com o sector ocidental desta circunscrição político-administrativa<sup>13</sup>.

### 2.3. O povoamento

---

O impacto da romanização na anterior rede de povoamento proto-histórico terá sido profundo. A maioria dos povoados fortificados foi abandonada, e essa realidade está bem documentada no território ocupado pelos Zelas (Lemos, 1993, Ib, p. 396-404). O povoamento baseado no povoado fortificado, quando não continuado no contexto da ocupação romana, foi substituído por uma rede hierarquizada de *habitats* em que se incluem *uici*, *mansiones*, aldeias, *uillae*, casais e povoados mineiros (Lemos, 1993, Ib, p. 382-426). Atribui-se a causa desta mudança a um leque diversificado de factores de ordem, essencialmente, económica<sup>14</sup>.

Um aspecto importante para o nosso trabalho é o que se prende com a relação espacial entre as necrópoles e os sítios habitados, já que a grande maioria do material epigráfico que compulsamos é de âmbito funerário. Analisando os contextos de achado das epígrafes funerárias, F. Sande Lemos (1993, Ib, p. 426-430) caracteriza as necrópoles da Terra Fria bragançana pela continuidade aos povoados, sem elementos separadores aparentes, isto é, sem uma situação geomorfológica diferenciada ou um posicionamento no lado oposto de linhas de água próximas dos *habitats*. Aduz os exemplos dos achados epigráficos de Grijó de Parada, do Sagrado de Donai, da Devesa de Vila Nova e do Lombeiro Branco de Meixedo como reveladores dessa proximidade existente entre os espaços doméstico e funerário, mas considera também algumas excepções, nos casos de Castro de Avelãs, Coelhoso, Sacoias e da Terronha de Pinhovel, nas quais é possível vislumbrar uma separação entre aqueles âmbitos espaciais. Não existem, porém, dados que permitam a caracterização das necrópoles, nem dos rituais funerários.

Na análise que faz dos achados monetários e de cerâmicas de importação, constata que os primeiros parecem indicar um impacto romanizador já bem marcado no período júlio-cláudio, enquanto que as cerâmicas de *terra sigillata* apenas parecem surgir, de forma mais

abundante, na segunda metade do século I, com as produções hispânicas do Alto Ebro. Perante estes dados, o autor (Lemos, 1993, Ib, p. 382) admite uma romanização precoce da região transmontana oriental, considerando que os indicadores numismáticos são um índice fiável e que a ausência de cerâmicas importadas mais antigas, nomeadamente de *terra sigillata* itálica, se deve ao funcionamento incipiente dos mercados<sup>15</sup>.

O território de Trás-os-Montes Oriental foi atravessado por um eixo viário principal: a via XVII do *Itinerário de Antonino*, que ligava duas capitais conventuais – *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*. A cartografia dos achados de miliários sugere que entre *Aquae Flaviae* e Castro de Avelãs tenham existido dois itinerários distintos, tendo sido principal o meridional (Tranoy, 1981, p. 214; Alarcão, 1988b, p. 97-98; Lemos, 1993, Ib, p. 281). Na Terra Fria bragançana, o conjunto da via teria uma orientação predominante este-oeste, exceptuando os troços a poente das serras da Coroa e Nogueira que tomariam a orientação nordeste-sudoeste. Quanto aos seus traçados, remetemos para as páginas da obra de Sande Lemos (1993, Ib, p. 283-305), nas quais se apresentam propostas de reconstituição que, pela metodologia utilizada, nos parecem equilibradas<sup>16</sup>.

No respeitante à sua cronologia, Lemos (1993, Ib, p. 309-313) admite duas hipóteses: a criação simultânea dos dois itinerários no contexto da organização militar e administrativa do Noroeste; ou um processo faseado, em que o itinerário setentrional seria mais antigo, aberto durante a época augustana por razões eminentemente estratégico-militares<sup>17</sup>, e o itinerário meridional mais recente, da época flaviana, criado, já num quadro de paz e prosperidade, por razões económicas.

O mesmo autor (Lemos, 1993, Ib, p. 314-326) propõe, ainda, um conjunto de vias secundárias com uma orientação predominante norte-sul que entroncavam na via XVII: uma sulcava o planalto mirandês, outra servia o planalto de Argozelo-Outeiro e uma terceira seguia pelo vale da Vilariça-vale do Tua. Apenas a que passava pelo planalto de Argozelo-Outeiro contenderia com a nossa área de trabalho, já que se admite que entroncava com a via XVII em Babe.

#### 2.4. A organização social indígena

---

A organização social do povo zela aparece-nos reflectida no pacto de hospitalidade gravado na célebre *Tabula* de Astorga<sup>18</sup> (*CIL* II 2633) já tantas vezes analisado, comentado e discutido (Schulten, 1962; Caro, 1970; Albertos, 1975; Lomas, 1975; Tranoy, 1981; Santos, 1985; Diego, 1986; González, 1986, 1993). O texto é o seguinte<sup>19</sup>:

*M(arco) Licinio Crasso*  
*L(ucio) Calpurnio Pisone co(n)s(ulibus)*  
*IIII K(alendas) Maias.*  
*Gentilitas Desoncorum ex gente Zoelarum*  
<sup>5</sup> *et gentilitas Tridiauorum ex gente idem*  
*Zoelarum hospitium uetustum antiquom*  
*renouauerunt, eique omnes alis alium in fi-*  
*dem clientelamquesuam suorumque liberorum posterorumque receperunt.*  
*Egerunt*

<sup>10</sup> *Arausa Blecaeni et Turaius Clouti, Docius Elaesi,*  
*Magilo Clouti, Bodecius Burrali, Elaesus Clutami,*  
*per Abienum Pentili magistratum Zoelarum.*

*Actum Curunda.*

*Glabrione et Homullo co(n)s(sulibus), V idus Iulias.*

<sup>15</sup> *Idem gentilitas Desoncorum et gentilitas  
Tridiauorum in eandem clientelam eadem  
foedera receperunt, ex gente Auolgigorum  
Sempronium Perpetuum Orniacum et ex gente  
Visaligorum Antonium Arquiium et ex gente*

<sup>20</sup> *Cabruagenigorum Flauium Frontonem Zoelas.  
Egerunt  
L(ucius) Domitius Silo et L(ucius) Flauius Seuerus.  
Asturicae.*

Detectam-se duas partes bem diferenciadas<sup>20</sup>: a primeira respeita à renovação de um antigo pacto de hospitalidade (e clientela) entre duas *gentilitates* zelas – a dos Desoncos e a dos Tridiavos – realizada, em *Curunda*, no ano 27 d.C., por intermédio de um *magistratus Zoelarum*; a segunda, datada de 152 d.C., representa o alargamento do pacto a três indivíduos particulares pertencentes a outras unidades organizativas<sup>21</sup>, *gentes*. Enquanto que na primeira parte aparecem, claramente, duas categorias distintas de unidades organizativas, a *gens* (os Zelas) e as *gentilitates* (os Desoncos e os Tridiavos), na segunda os dois termos já parecem confundir-se porque estas *gentilitates* estabelecem pacto com três indivíduos pertencentes a três *gentes*.

Esta aparente confusão tem dado azo a interpretações diferentes porque enquanto alguns autores (Hübner, 1869, p. 366; Schulten, 1962, p. 117; Albertos, 1975, p. 39; Lomas, 1975, p. 54) fazem equivaler o termos *gens* e *gentilitas* da segunda parte do texto, outros consideram continuar a existir uma diferenciação conceptual (Santos, 1985; González, 1986, 1993). Sem ser nosso objectivo discutir o assunto, será imprescindível que para uma caracterização da organização social dos Zelas o refirmamos, fazendo-nos eco das interpretações que julgamos mais defensáveis; neste sentido, acompanharemos, sobretudo, as reflexões de M. Cruz González (1993).

Na primeira parte do documento, duas *gentilitates* que integram uma mesma *gens* estabelecem entre si a renovação de um pacto, *uetustum antiquom*, sendo essa *gens* que intervém, em *Curunda*<sup>22</sup>, na legalização do acordo, por intermédio do seu *magistratus*.

Considerando a existência de um *magistratus Zoelarum* e de um hipotético lugar central, no qual se renova o pacto, González (1993, p. 156) defende que esta *gens Zoelarum* seria uma comunidade política com, pelo menos, uma instituição com esse carácter – visível nesse mesmo magistrado – em cujo interior existiriam unidades menores, as referidas *gentilitates*.

Para esta autora (González, 1993, p. 159-160), as *gentilitates* não teriam natureza política e os laços que uniam os seus membros seriam mais estreitos do que aqueles que cimentariam todos os Zelas, devendo estar ligados por vínculos de parentesco fictício, considerando-se descendentes de um antepassado comum afastado no tempo, para além de outros de natureza territorial<sup>23</sup>. Seriam, desta forma, unidades mais amplas do que os grupos que se baseiam em relações de parentesco real, consanguíneo, que têm expressão nos genitivos de plural ou *cognationes*, como se entende, actualmente, poderem designar-se (cf. Pereira, 1993, p. 111; González, 1993, p. 157-158). A necessidade de firmar este pacto teria surgido da vontade de assegurar determinadas solidariedades que só desta forma se conseguiriam porque, eventualmente, existiriam fenómenos de fragmentação, dispersão do *habitat*, hierarquia e complexidade no seio da *gens Zoelarum* (González, 1993, p. 160).

Mais recentemente, J. Alarcão (1999, p. 140) propôs, em alternativa, que as *gentilitates* pudessem corresponder a unidades ou comunidades territoriais constituídas por várias *cognationes*, mostrando-se céptico quanto à possibilidade de avaliação de uma possível comunhão relativamente à crença da existência de um antepassado comum.

Em 152 d.C., intervindo as duas *gentilitates* anteriores e três indivíduos particulares, este pacto é alargado, sendo tal acto realizado em *Asturica Augusta*. Como demonstrou J. Santos (1985, p. 7-8), esta segunda parte do pacto reflecte a perduração de unidades organizativas indígenas no quadro da *praxis* político-administrativa romana, já com o processo de romanização avançado, após a concessão do *Ius Latii* a toda a Hispânia, e a implantação do esquema político-administrativo romano que tem por base a *ciuitas*; por este motivo, a ampliação do pacto acaba por ser realizada, mediante dois *legati*, representantes do poder romano, na capital conventual, a qual simboliza um patamar político-administrativo superior e, por isso, adequado, pela sua neutralidade, em face da presença de indivíduos e *gentilitates* pertencentes a duas *ciuitates/populi*, a dos Zelas e a dos Orniacos. Os indivíduos que são recebidos *in eandem clientelam eandem foedera* pelas *gentilitates* dos Desoncos e dos Tri-diaivos, além de referirem a *ciuitas/populus* a que pertencem, afirmam ser membros de diferentes *gentes* (a dos Avolígios, a dos Visálígios e a dos Cabruagénigos)<sup>24</sup>.

González (1993, p. 164) defende que a realidade a que aludem estas *gentes* não terá correspondência com as *gentilitates* e, ao contrário da *gens Zoelarum* que se refere na primeira parte do pacto, estas não terão um conteúdo político; seriam, na sua interpretação, grupos mais amplos que as *gentilitates*, formados por aqueles que se consideram descendentes de um antepassado comum, ainda que os laços de parentesco suposto fossem mais alargados que os que caracterizariam aquelas outras unidades organizativas. Estas *gentes*, cujos nomes vão surgindo na epigrafia ásture, poderiam constituir a base dos *populi* referidos por Plínio na sua *Naturalis Historia*, pelo que a autora não deixa de apontar a possibilidade de algumas das *gentes* documentadas na epigrafia poderem fazer referência a algum dos povos ástures cujo nome ainda se desconhece – dos 22 povos aludidos por Plínio, apenas se encontram identificados 12.

Nos casos em que se faz referência à *gens* e, simultaneamente, à *ciuitas* seria legítimo pensar que a preponderância dos vínculos seria de natureza étnica, mas fica por esclarecer se outras *gentes* ástures teriam sido comunidades políticas na fase pré-romana, como o foi a *gens Zoelarum* (González, 1993, p. 165).

Da comparação entre este pacto e outros realizados, mais ou menos contemporaneamente, na área indo-europeia peninsular e no resto do Império, resulta a ideia de diferença, pois enquanto todos os outros, com a excepção da *Tessera* de Montealegre (cf. Pereira, 1993), parecem estabelecer-se entre um ou mais indivíduos e determinadas comunidades, nas duas partes deste pacto entram em cena *gentilitates* (González, 1993, p. 156, 161-162).

Do documento sobressai a ideia de que o esquema político-administrativo romano não estava ainda presente nos inícios do século I d.C., devendo a sua implantação ter ocorrido entre as duas datas aí referidas, baseando-se o poder romano na realidade preexistente – a *gens Zoelarum* assumia-se, pelo menos no início do século I (27 d.C.), como comunidade política.

Além deste aspecto, parece não haver suficientes pontos de apoio para sustentar para os Ástures, com base na referência a *gentilitates* e *gentes*, a ideia de uma sociedade gentilícia piramidal – apenas no caso da *gens Zoelarum* temos a informação de que era integrada por duas *gentilitates* (González, 1993, p. 166). Alarcão (1999, p. 142) chega, mesmo, a sugerir que genitivos de plural, *gentilitates* e *gentes* não teriam sob o domínio romano qualquer papel, a não ser como conjuntos exógamos e como grupos de nojo.

As questões em aberto são muitas e encontram-se em permanente revisão; naturalmente, as certezas escasseiam.

- <sup>1</sup> Não foram exumados quaisquer materiais a que se possa atribuir uma cronologia da época romana.
- <sup>2</sup> Os materiais datáveis do Bronze Final que têm como proveniência a Terra Fria bragançana resumem-se ao conjunto de Valbom (Deilão), provável “esconderijo de fundidor” constituído por um machado de talão e seis braceletes decoradas, ao machado do Castelo de Rebordões e a algumas cerâmicas carenadas e de decoração brunida da Lorga de Dine.
- <sup>3</sup> Acerca das datações radiocarbónicas obtidas nos povoados zamoranos e das problemáticas que encerram, pode ver-se Esparza (1995, p. 108).
- <sup>4</sup> Mantemos esta terminologia por ser a empregue pelo autor; porém, foi já debatida a sua presumível impropriedade (González, 1986, p. 110, 1993).
- <sup>5</sup> CIL II 5684: D . M . S / T MONTANĪO / FRONTONI . AR . / CVS . CIVI . ZELĀĒ / AN . LIII . STP . XXVI / T . MONĀTANIVS / MATERNVS / PATRONO . OPT / CVRATOR . F . F . L / M . POSVIT . S . T . T . L.
- <sup>6</sup> AE, 1988, 759: D . M / CL . ACCVLA / ZOELA . ANN/O XL . H . S . E . / CL . SERGIVS / CONIVGI . P.
- <sup>7</sup> CIL II 2651: PAEDATVRA / T . I . VALENTIS / ZOELAE.
- <sup>8</sup> Apontamos apenas alguns títulos que nos parecem marcantes; poder-se-á apreciar uma lista bibliográfica exaustiva sobre o assunto em Roldán (1995).
- <sup>9</sup> Os investigadores que têm tratado as guerras cântabro-ástures parecem concordar no facto de debaixo da designação de Cantábria se incluir um território bastante mais amplo e de aí se integrarem várias etnias que só aparecem nomeadas quando o contacto directo com o exército romano proporciona um melhor conhecimento (Roldán, 1995, p. 225).
- <sup>10</sup> Consultar TIR, K-29 e TIR, K-30 para as questões relacionadas com a identificação dos topónimos associados a estas operações militares.
- <sup>11</sup> Relativamente aos limites da divisão conventual do Noroeste peninsular, pode consultar-se a obra de Tranoy (1981, p. 153-162).
- <sup>12</sup> No Norte da Província de Zamora, o limite do *conuentus Asturum* tanto poderia seguir pelo curso do Esla como pelo do Cea (Tranoy, 1981, p. 156-157).
- <sup>13</sup> Não ignoramos a recente opinião de J. Alarcão (1995-1996, p. 29) que vai no sentido de a parte mais oriental do Nordeste transmontano poder constituir uma *ciuitas* – por agora inominada – diferente da *Zoelarum*, mas é difícil avaliar a sua proposta porque não aduz qualquer argumento justificativo para o seu raciocínio.
- <sup>14</sup> F. Sande Lemos (1995, p. 302-303) refere, como principais, os seguintes: a criação de uma rede viária hierarquizada; o surto de mineração; a introdução da policultura, a generalização de utensilagem de ferro e o aproveitamento dos solos planálticos e de origem coluviar; e a difusão da moeda – admitindo, ainda, um aumento demográfico.
- <sup>15</sup> Consideramos, no entanto, que será necessário usar de alguma prudência neste aspecto e multiplicar os indicadores cronológicos, sobretudo os estratigraficamente contextualizados, para que possamos decidir de forma mais confortável acerca do significado do quadro apresentado.
- <sup>16</sup> As suas propostas resultam do cruzamento de fontes epigráficas com os dados arqueológicos e outros relativos às obras de arte, articulado com o exame atento da paisagem, nomeadamente da rede de caminhos, e com o trabalho de campo.
- <sup>17</sup> Acerca da importância militar e possível cronologia da ligação entre Braga e Astorga, pode ver-se J. Santos (1985, p. 63).
- <sup>18</sup> A designada *Tabula* de Astorga é uma placa de bronze (32/20 cm) rematada em frontão triangular e sem decoração, que terá aparecido na região de Astorga, ainda antes dos meados do século XVII, actualmente depositada no Museu de Berlim (Diego, 1986, p. 239-241, n.º 318).
- <sup>19</sup> “No consulado de Marco Licínio Crasso e Lúcio Calpúrnio Pisão (27 d.C.), a 28 de Abril, a *gentilitas* dos Desoncos, da *gens* dos Zelas, e a *gentilitas* dos Tridiavos, da mesma *gens* dos Zelas, renovaram um pacto de hospitalidade muito antigo e todos eles se receberam mutuamente sob a sua protecção e clientela e a de seus filhos e descendentes. Levaram-no a cabo Arausa, (filho) de Bleceno, e Turaio, (filho) de Clúcio, Dócio, (filho) de Eleso, Magilão, (filho) de Clúcio, Bodécio, (filho) de Burrálio, Eleso, (filho) de Clutamo, por meio de Abieno, (filho) de Pentilo, magistrado dos Zelas. Feito em *Curunda*.  
No consulado de Glabrião e Hómulo (152 d.C.), a 11 de Julho, a mesma *gentilitas* dos Desoncos e a *gentilitas* dos Tridiavos receberam na mesma clientela e nos mesmos pactos, da *gens* dos Avolígios, Semprónio Perpétuo, Orniaco, e, da *gens* dos Visálígios, António Árquio e, da *gens* dos Cabruagénigos, Flávio Frontão, (ambos) Zelas. Realizaram-no Lúcio Domício Silão e Lúcio Flávio Severo. Em *Asturica* (Astorga)”.
- <sup>20</sup> A gravação do texto foi efectuada num só momento, o da data mais recente: ao fazer-se a renovação do pacto em 152 d.C. deve ter-se copiado o pacto mais antigo (primeira parte da inscrição, referente ao ano 27 d.C.).
- <sup>21</sup> Pela sua neutralidade, seguimos a nomenclatura proposta por M. Cruz González Rodríguez (1986).
- <sup>22</sup> A localização deste aglomerado populacional dos Zelas continua desconhecida (TIR, K-29, p. 50).
- <sup>23</sup> Cf. com a interpretação de F. Sande Lemos (1996, p. 151-152).
- <sup>24</sup> J. Santos (1985, p. 10-13) apresentou um modelo explicativo para a formação destas *gentes*. Na sua perspectiva, esta mutação social poderia ter a ver com o facto de algumas árvores genealógicas terem ficado de tal maneira densas que uma ou mais *gentilitates* acabaram por se separar, formando um ou vários grupos à parte que, por reprodução do modelo organizativo a que pertenciam, passaram para o primeiro plano político-administrativo e ocuparam um território concreto, isto é, apareceram como novas *gentes*; porém, quando os Romanos impuseram a sua estrutura administrativa baseada em *ciuitates*, estes tiveram de se basear na realidade social em presença e agruparam sob a mesma unidade político-administrativa, a *ciuitas Zoelarum*, todas as unidades organizativas que tinham em comum o ser Zelas, mesmo as que se haviam desprendido da *gens* original. A rigidez deste tipo de esquemas motivou, no entanto, a crítica de González (1993, p. 163, n. 80) que, sucintamente, esclarece: *intentar descubrir cómo estas gentes se constituyen como tal y su posible origen zoela nos parece prácticamente imposible*.

### 3. Sinopse sobre a evolução dos conhecimentos epigráficos

Não temos a pretensão – nem tão-pouco a oportunidade o exige – de esmiuçar a História, e as histórias, da investigação arqueológico-epigráfica da região de Bragança. Dizemos arqueológico-epigráfica porque, na maioria dos casos, é exactamente nesta união que se baseiam os contributos que por via de monografias ou, mais amiúde, por artigos foram sendo construídos, sobretudo desde a segunda metade do século XIX<sup>1</sup>. Vamos tentar, em traços largos, cingir-nos aos subsídios que mais directamente respeitam à epigrafia latina, de modo a que possamos ter uma pequena perspectiva dos esforços dos que nos antecederam no tratamento destas fontes.

Os mais antigos contributos relativos à epigrafia transmontana surgem pela mão de eruditos dos séculos XVII e XVIII que nos seus escritos vão compilando informações, quase sempre preciosas, sobre as antiguidades deste ou daquele sítio ou aldeia.

A primeira notícia sobre uma inscrição romana da região surge documentada, nos inícios do século XVII, no *Jardim de Portugal* (1626) de Frei Luís dos Anjos e refere-se ao achado de uma lápide (n.º 83) em Castrelos, no ano de 1591, aquando da abertura dos alicerces para uma capela. Esta notícia é reproduzida por Jorge Cardoso no volume 2 do seu *Agiologio lvsitano* (1657), no qual este autor, fantasiosamente, considera que o indivíduo que se memora nesta epígrafe funerária seria o procônsul Caio Semprônio Tuditano, referenciado por Tito Lívio.

O manuscrito de António Coelho Gasco intitulado *Antiquário discurso dedicado ao ILL.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> D. Rodrigo da Cunha, arcebp.<sup>o</sup> de Braga, S.<sup>or</sup> della, Primas das Hespanhas, e elleito Metropolitano de Lisboa...*<sup>2</sup> (1627-1635), elaborado quando exercia os cargos de Juiz de Fora, dos Orfãos, e Capitão-mor na Comarca de Freixo de Espada-à-Cinta, transmite, por entre diversas alusões a antiguidades destas terras nordestinas – nas quais, naturalmente, se contam as epigráficas –, o texto da inscrição que observou em Carrazedo (n.º 10), interpretando-o, tal como faz relativamente à tipologia do monumento. Dos finais do mesmo século, data a *Chronographia medicinal das Caldas de Alafoens* (1696), da autoria do médico bragançano António Pires da Silva<sup>3</sup>, na qual, curiosamente, se descobre a primeira referência à ara dedicada pelo *Ordo Zoelarum a Aernus* (n.º 1).

Já no dealbar do século XVIII, Frei Agostinho de Santa Maria publica no tomo V do seu *Santuário Mariano*, datado de 1716, a primogénita menção às inscrições votivas de Cova de Lua (n.ºs 4 e 9), mas não as interpreta correctamente, considerando mesmo a votada a *Ban-dua* como epitáfio. Maior número de referências às antiguidades epigráficas terão eco numa importante obra de Joseph Cardoso Borges, *Descrição topographica da Cidade de Bragança*, escrita entre 1721 e 1724, na qual o autor integra um número considerável de textos, por vezes acompanhados do respectivo desenho da peça. Cardoso Borges, natural de Miranda do Douro, foi sargento-mor de Bragança, escrivão da Câmara de Bragança, fidalgo da Casa Real e escritor genealógico<sup>4</sup>, e elaborou esta obra a pedido de Frei Fernando de Abreu, encarregado pela Real Academia das Ciências de Lisboa de escrever a história da Diocese de Miranda. São dezoito referências epigráficas da região de Bragança presentes no seu manuscrito. De uma forma geral, estas menções, por vezes com evidentes deficiências de leitura, parecem ser dignas de crédito, ainda que num caso concreto (n.º \*1) seja notório que

o autor sucumbiu à tentação de falsificação de um texto para corroborar a sua tese de que a cidade de Bragança teria sido na Antiguidade *Juliobriga*; a este mesmo intento de demonstração do estatuto e grandeza de Bragança ao tempo dos Romanos, serviram outras inscrições, como a n.º 83, à qual dá a interpretação antes avançada por Jorge Cardoso, mas também as n.ºs 6, 17, 36 e 78, acerca das quais não temos, porém, motivos para não acreditar na sua veracidade. A maioria das inscrições por ele referidas encontra-se hoje desaparecida (n.ºs 4, 17, 36, 38, 43, 45, 51, 54, 78, 83, 89 e 137). Relativamente a algumas peças, ele próprio refere que as fez conduzir para Bragança, mas sabemos que esta intenção nem sempre foi concretizada, como o prova a ara de Babe (n.º 6) que acabou por ser redescoberta, em finais do século XIX, nessa aldeia; outras devem ter vindo, efectivamente, para esta cidade, talvez para a sua casa, como supôs F. M. Alves (1934, p. 54), e delas, até hoje, nada se sabe. Não se limitou este autor a registar a leitura das epígrafes que teve o ensejo de observar, mas também recolhe outras informações acerca de inscrições então desaparecidas, como se prova pelo texto da ara consagrada por *Flaccus Vibonis* (n.º 9), que tomou *com subsídio de quem o tinha copiado* para o *Santuário Mariano*, ou pela alusão ao miliário de Vinhais (n.º 131), lida num papel antigo que lhe haviam mostrado naquela vila. A importância deste trabalho é grande, servindo posteriormente de fonte para outros autores, nomeadamente para Cornide Saavedra – a fonte que seguiu E. Hübner no *CIL*, já que não encontrou a obra de Borges (cf. Alves, 1931, p. 53) – e para o Abade de Baçal que, atendendo ao relativo desconhecimento da obra de Joseph Cardoso Borges, publica uma *resenha das lápides por elle apontadas* (Alves, 1909, p. 349-356).

Ainda no final do século XVIII, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, magistrado e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa<sup>6</sup>, elabora a “Memoria sobre as Ruínas do Mosteiro de Castro de Avelans, e do Monumento, e Inscricção Lapidar, que se Acha na Capela-Mor da Antiga Igreja do Mesmo Mosteiro” – a ara dedicada pelo *Ordo Zoelarum* a *Aernus* (n.º 1) – que se publica, em 1790, no *Jornal Encyclopédico* e, três anos mais tarde, no tomo V das *Memorias de Litteratura Portugueza*; além daquele altar, refere também, e pela primeira vez, a metade superior de outro com a mesma proveniência e igualmente consagrado a *Aernus* (n.º 3). Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidário*, cuja primeira edição data de 1798, dá o texto da ara que refere o *Ordo Zoelarum*, bem como o da de Vinhais, votada a Júpiter (n.º 7).

A primeira metade do século XIX permanece como um vazio, tanto no que toca aos estudos arqueológicos, como, especificamente, no respeitante à epigrafia. É na segunda metade deste século que arrancam, verdadeiramente, os estudos regionais dedicados a estas temáticas, retomando-se as referências anteriores, mas encetando-se também um verdadeiro trabalho de aquisição de novos conhecimentos arqueológicos, ao qual se liga o estímulo de vultos da arqueologia nacional da época, como Martins Sarmiento e Leite de Vasconcelos.

É por encargo de F. Martins Sarmiento, de Janeiro de 1887, que o professor liceal José Henriques Pinheiro<sup>7</sup> se desloca a Castro de Avelãs com o intuito de indagar se no adro da igreja permaneceriam as duas aras já conhecidas que referiam o deus *Aernus*; não tendo logrado encontrá-las, descobre, no entanto, a ara funerária de *Proculeius Gracilis* (n.º 75) no cemitério da aldeia. Pouco tempo mais tarde, por iniciativa pessoal, volta à aldeia, guiado pela “Memoria” de F. Ribeiro de Sampaio e pelos escritos de Viterbo e António Pires da Silva, dando conta de que a ara dedicada pelo *Ordo Zoelarum* havia sido extorquida à paróquia, levada para Bragança e transformada em urna decorativa, e redescobrimo a outra ara, que acabará por adquirir. Face a este sucesso e ao reconhecimento do interesse arqueológico da Torre Velha e das Terras de S. Sebastião, Pinheiro acaba por iniciar, nesse ano de

1887, uma (única) campanha de escavações, patrocinada pela Sociedade Martins Sarmento. Destes trabalhos são exumadas diversas epígrafes funerárias (n.ºs 32, 64, 65, 96, 101 e 121) e dois miliários (n.ºs 127 e 129) que se encontravam reutilizados como sarcófagos. À excepção das epígrafes viárias, todas as outras, mais a ara adquirida por Pinheiro, virão a integrar o espólio da Sociedade de Guimarães, permanecendo aí depositadas.

Os trabalhos arqueológicos realizados em Castro de Avelãs, sobre os quais J. Henriques Pinheiro (1888) publica um relatório na *Revista de Guimarães*, tiveram extensa repercussão na cidade de Bragança e na comunidade intelectual do País, ao ponto de o Governo de então incumbir Borges de Figueiredo de fazer o reconhecimento das ruínas que estavam a ser escavadas. Dessa indagação resultou mais um relatório e um artigo publicado na *Revista Archeologica e Historica* com o título “O supposto *Brigantium* em Castro de Avelãs” (Figueiredo, 1887) – por sinal, pouco elogioso para Pinheiro<sup>8</sup> –, no qual são analisados os resultados obtidos e apresentadas leituras do material epigráfico observado, bem como de mais duas inscrições encontradas em Sacoias (n.ºs 25 e 56).

No rescaldo dos trabalhos que desenvolveu em Castro de Avelãs, Henriques Pinheiro acaba por descobrir e publicar na revista vimaranense (Pinheiro, 1889) mais duas inscrições: a inscrição honorífica de Gostei (n.º 12) e uma epígrafe funerária de Lagomar (n.º 57).

O próprio F. Martins Sarmento<sup>9</sup> estuda os materiais epigráficos de Castro de Avelãs que dão entrada no Museu da Sociedade homónima, criado em 1885; fá-lo em dois títulos distintos, saídos na *Revista de Guimarães* (Sarmento, 1887) e na *Revista Lusitana* (Sarmento, 1887-1889).

Entretanto, havia sido publicado, já em 1869, o volume 2 do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, relativo às *Inscriptiones Hispaniae Latinae*, elaborado pelo conceituado epigrafista alemão Emil Hübner. Neste volume integraram-se as inscrições bragançanas que até ao momento eram conhecidas, servindo, indirectamente por via de Cornide, a obra de Cardoso Borges como fonte fundamental para este *corpus*, no qual a maioria das inscrições vem apenas referida ao *ager Brigantinus*. O *supplementum* a este volume data de 1892 e nele se integram já as inscrições de Castro de Avelãs e Sacoias, entretanto dadas a conhecer por Pinheiro e Borges de Figueiredo, bem como uma nova leitura para a inscrição *CIL* II 2607, a ara incompleta de Castro de Avelãs<sup>10</sup>.

O trabalho fundamental do professor de Francês e Desenho do Liceu de Bragança, *Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga...*, no qual também se incluem os artigos já citados, acabaria, contudo, por só ser publicado em 1895, e foi, como o título indica, dedicado à temática da viação romana; retoma aí o estudo das epígrafes viárias anteriormente publicadas – que na altura se encontravam na cerca da Escola Industrial de Bragança –, além de, ainda, dar a conhecer uma epígrafe funerária de Sacoias (n.º 35). É a ele *que se deve em Bragança o gosto pelos estudos arqueológicos, em que muito trabalhou*, diz-nos F. M. Alves (1931, p. 412).

Este gosto passará, efectivamente, a ferver dentro de um conjunto de notáveis bragançanos, dos quais destacamos (também pelo seu papel na divulgação epigráfica), para além do próprio Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), Albino Pereira Lopo e Celestino Beça. É a partir da década de 90 que o seu afã se sentirá mais forte. José Leite de Vasconcelos passará a ser para estes homens a figura que, a partir de Lisboa, apoia as suas andanças, dando-lhes voz nas páginas do *Arqueólogo Português*. Este insigne erudito esteve, por várias vezes, em solo transmontano e publicou alguns títulos relacionados com a província, mas no que respeita às novidades epigráficas da região bragançana preferiu sempre que fossem os próprios ilustres locais – referimo-nos especialmente a Lopo e a Alves – a assinar artigos sobre a matéria nas páginas da revista que dirigia, a que ele amiúde acrescentava pequena adenda crítica. Nas *Religiões da Lusitânia* (Vasconcelos, 1905, 1913) acaba por tra-

tar algumas das inscrições bragançanas: por um lado as votivas então conhecidas, por outro algumas das funerárias, valorizando o simbolismo da sua iconografia. Deste relacionamento com os eruditos bragançanos resultou, também, a transferência de algumas peças arqueológicas para o Museu Etnológico Português, entre as quais se contam as n.ºs 88 e 94.

Em 1897, foi inaugurado o Museu Municipal de Bragança, cuja direcção foi confiada ao coronel A. Pereira Lopo, o homem que mais havia pugnado pela sua criação, nomeadamente através de artigos na imprensa local (cf. Alves, 1934, p. 1; Lemos, 1993, Ia, p. 54). O Museu passou a servir como catalisador dos estudos locais e do interesse geral a que se assistiu na sociedade bragançana pela salvaguarda do património, mormente o móvel. Desde essa data, deram entrada no Museu inúmeras epígrafes que iam sendo dadas a conhecer nas páginas dos jornais locais e das revistas da especialidade, principalmente no *Arqueólogo Português*. Mais tarde, por volta de 1927, os seus fundos passam a integrar o novel Museu Regional de Obras de Arte, Peças Arqueológicas e Numismática de Bragança, cuja criação data de 1915 (Alves, 1934, p. 1)<sup>11</sup>.

Albino Pereira Lopo<sup>12</sup> é, desde 1896, colaborador, quase que assíduo, da revista do Museu Etnológico Português, tendo nela publicado mais de uma dúzia de artigos dedicados à epigrafia bragançana (Lopo, 1897a, 1897b, 1898, 1900a, 1900b, 1901a, 1901b, 1903, 1906, 1907, 1908a, 1908b, 1909, 1920); apenas por duas vezes preferiu a *Portugalia* para dar à estampa artigos sobre a mesma temática, mas só um deles se refere à nossa área de estudo (Lopo, 1908c). Em 1900, publica *Bragança e Bemquerença*, obra em que também inclui referências epigráficas. Os seus *Apontamentos arqueológicos*, compilação de informação que, em parte, já havia sido publicada nos muitos artigos dispersos que assinou e na monografia sobre Bragança, só postumamente (em 1987) serão editados.

Outra figura cimeira dos estudos arqueológicos e epigráficos regionais é, incontestavelmente, o Abade de Baçal<sup>13</sup>. O seu interesse pelas questões da arqueologia funda-se no entusiasmo contagiante que emanou dos trabalhos de Henriques Pinheiro realizados em Castro de Avelãs, bem como na fundação do Museu Municipal (Brandão, 1965), para nunca mais parar até à sua morte, nos anos 40. Nas páginas do *Arqueólogo Português* (Alves, 1908, 1910a, 1913, 1915, 1916, 1918, 1925-1926) e da *Revista de Arqueologia* (Alves, 1936-1938) publica vários artigos em que dá a conhecer novas inscrições bragançanas, mas será, sobretudo, na sua monumental obra, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, que mais escreverá sobre a epigrafia regional. Esta temática distribui-se desordenadamente por vários volumes (I, 9-II), mas é sobretudo no tomo 9 (1934) que ela tem mais impacto; nas primeiras páginas deste, o autor publica um catálogo das *Lápides do Museu Regional de Bragança*, antecedido de algumas considerações dedicadas à apresentação do Museu e ao elogio dos devotados regionalistas que haviam contribuído para o enriquecimento do seu recheio, entre 1925 e 1932, bem como à interpretação das estelas *discoides*, abundantes na esplêndida secção de epigrafia do Museu, a qual ele próprio considerou *a melhor dos museus de província portuguesas* (Alves, 1934, p. 14)<sup>14</sup>.

O contributo do major Celestino Beça<sup>15</sup> é, pelo menos do ponto de vista bibliográfico, incomparavelmente mais modesto; no tocante à epigrafia bragançana, destaca-se o artigo póstumo publicado no *Arqueólogo Português*, por intermédio do Abade de Baçal que o intitulou “Estudos arqueológicos do Major Celestino Beça” (Beça, 1915), basicamente dedicado à via romana entre Chaves e Castro de Avelãs.

Nos volumes 8 e 9 da *Ephemeris Epigraphica*, datados de 1899 e de 1913, respectivamente, em que se organizam os *Addimenta noua ad corporis uolumen II*, incorporam-se as inscrições então conhecidas e que ainda não tinham integrado o volume 2 do *CIL*. Entre elas, a ara e o miliário de Adriano aparecidos em Babe, que também haviam merecido, sobretudo

por mercê das dificuldades interpretativas que encerravam, a sua inclusão no opúsculo *Cartas sobre epigraphia romana* que se editou em Braga (Belino, 1898).

Entretanto, as epígrafes que haviam dado entrada no Museu da Sociedade Martins Sarmiento vão ser objecto de novas publicações: em 1901, o padre Oliveira Guimarães publica na *Revista de Guimarães* as peças expostas nos claustros do Museu, em artigo intitulado “Catálogo do Museu Archeológico”, e, posteriormente, em 1935, o coronel Mário Cardozo dá à estampa a primeira edição do *Catálogo do Museu Martins Sarmiento, 1.ª parte: secção lapidar e de escultura*<sup>16</sup>.

Com a morte do Abade de Baçal assiste-se ao fim de uma fase profícua nos estudos regionais em que a epigrafia latina e a temática viária tinham a maior preponderância. Do ponto de vista da epigrafia dá-se uma estagnação quase completa até aos anos 80. Destacamos apenas dois pequenos trabalhos pontuais que visaram a epigrafia bragançana: um artigo de Lerenó Barradas publicado na *Revista de Guimarães*, versando sobre a viação romana das regiões de Chaves e Bragança, e que embora se baseie na epigrafia viária regional, não lhe faz a revisão que se impunha (Barradas, 1956); e um outro artigo, assinado por D. Domingos de Pinho Brandão<sup>17</sup> na *Beira Alta* (Brandão, 1960), dedicado às quatro epígrafes provenientes da aldeia de Nogueira que hoje se conservam na Casa do Adro, em Viseu.

A criação da revista *Brigantia*, nos inícios da década de 80, permitiu quebrar este período de abrandamento na publicação de novidades epigráficas. Destaca-se o labor de Belarmino Afonso, o director desta publicação periódica, que em diversos volumes divulga achados epigráficos da região (Afonso, 1981, 1985, 1986, 1989, 1990); António Maria Mourinho<sup>18</sup> assina aí dois extensos artigos sobre a epigrafia do entre Douro e Sabor aparecida após a morte do Abade de Baçal, em que também refere o achado de uma estela de Castrelos, entretanto divulgada num jornal bragançano (Mourinho, 1986, 1987). As novidades publicadas por esta revista acabam normalmente por ser transcritas nas páginas de repertórios como *L'Année Épigraphique (AE)* ou *Hispania Epigraphica (HEp)*; também na revista *Euphrosyne* são habitualmente retomadas por M. M. Alves Dias, na sua série de artigos intitulados “Para um repertório das inscrições romanas do território português”.

Continuam a desenrolar-se os trabalhos de preparação da nova edição do volume 2 do *Corpus Inscriptionum Latinarum* que têm, desde 1980, o concurso de uma equipa internacional, que, para a região a Norte do Douro, conta com a participação de P. Le Roux e A. Tranoy (Encarnação, 1997a, p. 463-464); estes investigadores são, além do mais, autores de diversos trabalhos (Tranoy, 1980, 1981, 1984a, 1984b, 1986; Le Roux, 1982, 1992; Le Roux e Tranoy, 1973, 1984) que, directa ou indirectamente, abordam questões da epigrafia bragançana, e que permanecem como fundamentais.

Radica nos anos 80 o arranque do projecto de estudo do povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental, realizado por F. Sande Lemos no âmbito da sua dissertação de doutoramento (Lemos, 1993), que, no plano epigráfico, tem como principal virtude o estabelecimento da relação entre os achados epigráficos, uns conhecidos e outros inéditos, e o contexto arqueológico a que pertencem. A epigrafia votiva foi integralmente compilada por José Manuel Garcia (1991) num volume de aditamentos e observações às *Religiões da Lusitânia* de J. Leite de Vasconcelos. Mais recentemente, surgiram dois trabalhos que se destacam, não só, mas também, pelo seu carácter de *corpora*: um é a tese de doutoramento de Sonia García Martínez, *La romanización de los conuentus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: su estudio epigráfico* (1996a), que, relativamente à região de Bragança, apresenta o conjunto das inscrições até então publicadas, baseando-se, sobretudo, nos trabalhos do Abade de Baçal e de Sande Lemos; o outro é a obra de A. Rodríguez Colmenero, *Aquae Flaviae, I: fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior* (1997<sup>2</sup>), que trata, ainda que não de forma exaustiva,

a epigrafia bragançana descoberta a ocidente do rio Sabor. Aquela autora também tem vindo a publicar na revista *Brigantia* um conjunto de artigos que decorrem do trabalho que referimos, mas que enfocam apenas a realidade epigráfica do Nordeste transmontano (García, 1996b, 1999a, 2000). Em 1997, nós próprios publicámos um conjunto de epígrafes da região de Bragança no *Ficheiro Epigráfico* (Redentor, 1997). Em 1998, surge um contributo que consideramos inovador: um artigo de M. Navarro Caballero (1998) relativo à classificação tipológico-cronológica da epigrafia esteleforme dita de *tipo "Picote"*, publicado no *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*.

Apesar desta sùmula de contributos, verifica-se que, afortunadamente, continuam a surgir com frequência novos achados, como provam as epígrafes inéditas que incluímos neste trabalho; mas, ainda assim, sentimos que, para além da falta de um estudo de conjunto sobre este manancial epigráfico, muitas das inscrições já conhecidas necessitavam de uma urgente revisão de leitura, para além de uma descrição mais pormenorizada.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Como introdução à história da investigação arqueológica em Portugal, pode consultar-se F. Sande Lemos (1993, Ia, p. 33-72), que também oferece uma perspectiva mais detalhada da evolução da investigação arqueológica em Trás-os-Montes.
- <sup>2</sup> O texto deste manuscrito, depositado na Biblioteca da Universidade de Coimbra, foi publicado nas primeiras décadas do século transacto por A. Cruz (1935). Nesta mesma publicação explanam-se os dados da sua biografia (?-1666) e respectiva produção bibliográfica.
- <sup>3</sup> Acerca deste notável bragançano (1622-?), pode consultar-se a nota biográfica escrita por F. M. Alves (1931, p. 528) no tomo 7 das suas *Memórias*.
- <sup>4</sup> F. M. Alves dedica algumas linhas à sua vida (?-1745) e obra nos tomos 6 e 7 das *Memórias* (Alves, 1928, p. 197-198, 1931, p. 51-53)
- <sup>5</sup> Acerca desta problemática em redor das origens da cidade de Bragança, podem consultar-se as judiciosas observações de F. M. Alves (1909, p. 1-10) que, elucidativamente, intitulou: *A Juliobriga não corresponde à Bragança actual de Traz-os-Montes*.
- <sup>6</sup> F. M. Alves traça a sua biografia (1751-1812/14) e arrola a sua produção literária no tomo das *Memórias* que dedica aos *Notáveis* (Alves, 1931, p. 476-478).
- <sup>7</sup> Henriques Pinheiro (1835-1904) foi biografado por F. M. Alves (1931, p. 412-413).
- <sup>8</sup> Naturalmente, esta intervenção não deve ter sido do agrado de J. Henriques Pinheiro, como se pode perceber, por exemplo, do remoque a Figueiredo exarado em trabalho posterior (Pinheiro, 1895, p. 71).
- <sup>9</sup> A faceta de epigrafista de F. Martins Sarmento (1833-1899) foi recentemente tratada por Sonia García Martínez (1999b).
- <sup>10</sup> Continua proveitosa a consulta de J. Leite de Vasconcelos (1901a) no que respeita à importância da obra de Hübner (1834-1901) relacionada com Portugal; sobre a importância do trabalho deste epigrafista relativamente ao conjunto do espaço ibérico e a sua bio-bibliografia, será fundamental a leitura de P. Le Roux (1984).
- <sup>11</sup> A designação de Museu do Abade de Baçal (MAB) foi-lhe conferida em 1935 (Santos, 1994, p. 11).
- <sup>12</sup> Vejam-se alguns elementos bio-bibliográficos sobre este ilustre transmontano (1860-1933) nas notas à edição dos seus *Apointamentos arqueológicos* (1987).
- <sup>13</sup> Acerca da sua bio-bibliografia (1865-1947), pode consultar-se A. Branco (1997); será também útil a consulta da colectânea de textos incluídos no catálogo da exposição *Abade de Baçal: cinquentenário da morte* (Jacob, 1997), promovida pelo Museu do Abade de Baçal, no qual também se inclui um rol exaustivo das suas obras. Da figura do Abade de Baçal como epigrafista, tratou recentemente J. d'Encarnação (1999b).
- <sup>14</sup> Estas primeiras 92 páginas do tomo 9, às quais se acrescentaram mais duas (p. 93-94, integrando as epígrafes n.ºs 58 e 59), haviam sido editadas no ano anterior (1933) sob o título de *Guia Epigráfico do Museu Regional de Bragança*; em 1976 foi reeditado, desta vez com o título de *Guia epigráfico do Museu do Abade de Baçal*.
- <sup>15</sup> Com vista à caracterização da sua vida (1848-1910) e obra, pode consultar-se F. M. Alves (1915, p. 74-80).
- <sup>16</sup> Tem duas edições ulteriores, datadas de 1972 e 1985, com o título de *Catálogo do Museu da Sociedade Martins Sarmento: secção de epigrafia latina e escultura antiga*.
- <sup>17</sup> Acerca do epigrafista D. Domingos de Pinho Brandão (1920-1988), veja-se J. d'Encarnação (1984).
- <sup>18</sup> Para a bio-bibliografia de A. Maria Mourinho (1917-1996), veja-se A. Mourinho (1995).